

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/08/2013 - Edição 875

Vigilante baleado em serviço é indenizado em R\$ 200 mil

Um vigilante atingido por uma bala na cabeça durante assalto a carro-forte receberá R\$ 200 mil de indenização por danos morais e materiais da Brinks Segurança e Transporte de Valores Ltda. No julgamento do caso, que ocorreu na última semana, a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho não proveu recurso da empregadora, que alegava não ter culpa no acidente de trabalho.

O assalto ocorreu em 17/10/2005, entre Uberaba a Uberlândia (MG), quando o carro-forte foi atacado por homens armados com fuzis. O vigilante e outros colegas de trabalho sofreram lesões graves devido ao confronto.

O vigilante apresenta paralisia parcial de um lado do corpo. O

projétil permanece na cabeça, já que uma intervenção cirúrgica poderia causar-lhe a morte. Laudo médico atestou que ele não tem condições de retornar às suas atividades.

Condenada na primeira instância, a Brinks contestou a sentença, sustentando que não podia ser responsabilizada porque não teve culpa pelo ocorrido. Alegou que não deixou de cumprir nenhuma norma de segurança, e afirmou que o vigilante era qualificado para a função, participou cursos de reciclagem e aperfeiçoamento, usava colete à prova de balas e a blindagem do veículo estava em perfeitas condições.

Absolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG), a Brinks foi novamente condenada no TST. Ao restabelecer a sentença,

a Quinta Turma considerou que a natureza da atividade de transporte de valores, por si só, implica perigo e riscos à segurança e vida do empregado. Por isso, não é necessário demonstrar a culpa da empregadora.

Contra essa decisão, a Brinks recorreu à SDI-1, que manteve o entendimento da Quinta Turma. A relatora dos embargos, ministra Dora Maria da Costa, ressaltou que “a responsabilidade pela atividade é do empregador”. Para ela, trata-se, no caso, da “teoria do risco criado”, segundo a qual a integridade do trabalhador e a garantia de um meio ambiente do trabalho salutar é cláusula inata ao contrato de trabalho. A decisão foi unânime.

Fonte: Bonde

A cada três ataques com explosivos, dois ocorrem em pequenas cidades

Relatório do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba mostra que 41 localidades do Estado já foram alvo de quadrilhas que usam dinamite para violar caixas eletrônicos

Das 83 ações criminosas que usaram explosivos nas agências bancárias em 2013 no Paraná, 53 foram registradas em municípios com menos de 20 mil habitantes e com estrutura policial modesta. A participação das localidades pouco populosas, de

acordo com levantamento feito pela reportagem da FOLHA com base no acompanhamento estatístico do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, foi de 63,8%, quase dois terços do total de ataques.

Em oito municípios, os ataques com explosivos aconteceram mais de uma vez. Em Piên (Sul), Munhoz de Mello e Santa Fé, no Noroeste, e Bom Sucesso (Região Metropolitana de Maringá), a detonação de explosivos nas agências



se tornou quase uma rotina e se repetiu três vezes em um período de menos de oito meses.

Ao todo, conforme o levantamento, são 41 localidades (38 sedes de município e três distritos rurais) que já se deparam com o problema. As regiões com mais pequenas localidades atacadas são o Noroeste (15) e o Oeste (9). O Norte registrou oito ações com explosivos. A área de menor incidência é o Sudoeste, com um único caso, em Renascença.

Nos últimos dias, datas comuns para pagamento de salários, as quadrilhas continuaram desafiando as forças de segurança do Estado. Na madrugada de ontem, as duas únicas agências bancárias de Munhoz de Mello, município na Região Metropolitana de Maringá de apenas 3.713 moradores, foram atacadas por um bando encapuzado.

Em cada uma das agências, um terminal foi violado. De acordo com imagens captadas por câmeras de segurança da Prefeitura, cinco homens participaram dos ataques. Quatro deles invadiram as duas agências e instalaram supostamente cargas de dinamite, enquanto um outro integrante da quadrilha, armado, fazia a cobertura. As câmeras registraram que uma das explosões ocorreu quando o bando já estava dentro da agência, mas não há informações sobre feridos no episódio.

Segundo a polícia, eles fugiram em dois carros, um Astra e Fusion, furtados anteontem em cidades da região. Em fevereiro, a agência do Bradesco (a outra é do Sicredi) já havia sido invadida e explodida por ladrões.

Na quinta-feira, uma quadrilha atacou a agência do Banco do Brasil em Alvorada do Sul (Região Metropolitana de Londrina) e explodiu dois terminais de autoatendimento. Algumas semanas antes, a mesma agência teve uma máquina violada por uma serra-copo. Em julho de 2011, havia acontecido outro ataque com explosivos. A sucessão de crimes deste gênero está provocando uma sensação de insegurança na cidade, como contou moradores à reportagem da FOLHA anteontem.

“Estamos vivendo uma situação absurda. A falta de segurança nas

pequenas cidades é um convite às quadrilhas. O governo tem que reforçar o policiamento nestas localidades porque a situação está fora de controle e pode se tornar bem mais grave”, afirmou João Soares, presidente da Federação dos Vigilantes e Prestadores de Serviço do Estado do Paraná (Fetrapvispp) e secretário Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV). Soares disse que entre os trabalhadores do setor o maior temor é que os bancos respondam aos ataques com a colocação de vigilantes também nas agências de menor porte, o que hoje não ocorre.

“Não vai resolver o problema, mas pode criar outro, que é aumentar o número de vítimas nas explosões”, declarou. O sindicalista acredita que, além de um reforço no policiamento das pequenas cidades, uma das medidas mais urgentes seria um aperto na fiscalização das pedreiras, locais onde mais se armazena materiais explosivos.

A assessoria de comunicação da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) informou que o policiamento nas pequenas cidades deve ser melhorado com a implementação do Projeto 300, que pretende levar um efetivo mínimo de cinco policiais para os 300 municípios menos populosos do Estado.

De acordo com a Sesp, a meta é cumprir a promessa até o final do ano que vem, quando os atuais concursandos da Polícia Militar já estarão aprovados e treinados para assumir os postos. Este ano, o governo do Estado comemorou a formação de cerca de 1,9 mil policiais, que ainda estão passando por treinamento.

A reportagem tentou contato com o delegado da Divisão Policial do Interior (DPI), Rogério Antonio Lopes, mas ele não foi localizado. A assessoria da DPI adiantou, porém, que a Polícia Civil está atenta à situação de insegurança nos pequenos municípios e que já foram feitas diversas prisões de integrantes de quadrilhas que usam explosivos, que várias frentes de investigação estão abertas.

Fonte: Folha de Londrina



**Caixas eletrônicos
arrombados em várias
cidades no Estado do
Paraná**

Norma Regulamentadora 16 vai à discussão nesta terça, no Ministério do Trabalho e Emprego



Bancada dos trabalhadores resistiu às investidas dos patrões contra os direitos dos vigilantes na última reunião.

Representantes dos vigilantes de todo o país participam nesta terça-feira (13) da segunda reunião do Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) para discutir a regulamentação da Lei 12.740/2012. Durante a primeira reunião, realizada nos dias 23 e 24 de julho, os patrões insistiram nos absurdos de diferenciar trabalhadores armados dos desarmados e tentaram a todo custo ganhar tempo, propondo inclusive que a segunda parte do encontro fosse suspensa. A reunião será realizada no Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e contará com participação dos trabalhadores, patrões e governo.

Em mais uma afronta aos direitos dos trabalhadores, a bancada patronal quer remeter os vigilantes armados para a perícia, para saber se há risco permanente acentuado. Outro problema é a insistência em parcelar o pagamento do adicional de 30% de risco de vida/periculosidade nos estados que ainda não garantiram o percentual integral.

“Nossa posição se aproxima daquilo que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) defende, que

é considerar o risco para todo vigilante, independentemente de porte de arma, conforme princípio da lei que considera inexistente o conceito de risco variável”, afirmou José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

Segundo Adriano Linhares, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis e integrante da bancada dos trabalhadores, o risco é apenas um e, por isso, não há necessidade de perícia. “O que os patrões estão querendo é ilegal e imoral, tanto sobre a exclusão de trabalhadores quanto sobre o parcelamento do adicional de 30%”, destacou.

Os trabalhadores defendem também que seja estendido o risco para vigilantes de áreas públicas



Vigilantes do RN se mobilizaram pela aprovação do adicional de 30%

que cuidam do patrimonial, como guardas municipais e de empresas como metrô, etc.

Fenavist insiste em desrespeitar vigilantes

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) é uma das responsáveis pelas propostas absurdas dos patrões. Seu representante e coordenador da bancada, sr. Odair Conceição, investe cada vez mais pesado nos ataques aos trabalhadores, querendo de todas as formas retirar o que já foi conquistado com muita luta por parte da categoria de vigilantes de todo o país.

Para enfrentar as tentativas de exclusão dos vigilantes desarmados, o parcelamento dos 30%, a submissão à perícia, entre tantos outros absurdos, é de fundamental importância que os companheiros estejam unidos em todos os cantos do Brasil.

Assim como os trabalhadores tiveram oportunidade de enviar suas contribuições para o texto da Norma Regulamentadora (NR) nº 16, os patrões fizeram o mesmo. O que eles querem, segundo o texto enviado ao MTE, é retirar os direitos já conquistados pelos trabalhadores. Exemplo disso é a tentativa de excluir a maioria da categoria, que são os vigilantes desarmados. “Eles querem contrariar o texto legal e até mesmo as convenções coletivas que eles próprios assinaram, reconhecendo nossa atividade como sendo de risco independentemente do uso de arma de fogo”, destacou Boaventura.

Ao contrário disso, os representantes dos trabalhadores defendem, também, a inclusão do pessoal de supervisão, de monitoramento eletrônico e de

instrução. A luta, agora, é para que o espírito legal seja respeitado e que todos os profissionais de segurança privada recebam seus direitos, independentemente do local que atuam.



Vigilantes mobilizados de norte a sul: em Chapecó (SC), trabalhadores saíram às ruas para exigir os 30%

Entenda como funciona o processo de regulamentação

Depois da análise das sugestões, o GTT conta ainda com o prazo de 120 dias, que podem ser prorrogados por mais 60, para concluir as negociações e apresentar a proposta de regulamentação à Comissão Tripartite Partidária Permanente (CTPP). Após a aprovação em reunião ordinária da CTPP a formulação da

NR será publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Diário Oficial da União, tornando-se assim, um texto legal, de observância obrigatória por parte de todos os setores econômicos.

Participam da reunião representantes de trabalhadores indicados por quatro centrais sindicais. Pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Boaventura, coordenador da bancada dos trabalhadores e presidente da Confederação Nacional dos

Vigilantes (CNTV) e Ademir Wiederkehr, secretário de Imprensa da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT); pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), Adriano Linhares, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis; pela Nova Central (NCST), Fernando Bandeira, presidente da Federação dos Vigilantes no Estado do Rio de Janeiro; e pela Força Sindical, Pedro Araújo, presidente da Federação dos Vigilantes do Estado de São Paulo.

Não deixe que roubem seus direitos!

Vigilante, você pode e deve contribuir para mais essa vitória da categoria. Ligue para o gabinete do ministro do Trabalho, Manoel Dias, peça apoio à luta dos trabalhadores e agilidade no processo de regulamentação. O telefone é (61) 2031-6857 ou 2031-6878. Sindicatos, mobilizem as bases para pedir celeridade e apoio do ministro. Peçam apoio de lideranças políticas nessa luta pela dignidade dos vigilantes.

Envie, também, mensagem ao presidente da Fenavist, Odair Conceição, pedindo respeito à categoria e às conquistas dos trabalhadores e cobrando responsabilidade. Proteste contra o coordenador da bancada e suas propostas absurdas. O telefone é (61) 3327-5440. E-mail: fenavist@fenavist.org.br

Fonte: CNTV

Bancos negam reivindicações de saúde, condições de trabalho e segurança



Os bancos negaram todas as reivindicações sobre saúde, condições de trabalho e segurança bancária apresentadas pelo Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Contraf-CUT, na manhã desta sexta-feira (9), na conclusão da primeira rodada de negociações da Campanha 2013, em São Paulo.

As negociações começaram muito mal. Os banqueiros só estão preocupados com a gestão dos lucros e não com a gestão das pessoas e a proteção da vida. Mais uma vez foi deixado claro aos bancos que as más condições de trabalho, responsáveis pela epidemia de adoecimentos que atinge a categoria, e a proteção à vida são prioritárias e precisam ser resolvidas nesta Campanha Nacional. A postura intransigente dos bancos na mesa de negociação não deixa outra alternativa do que o crescimento da mobilização dos bancários em todo o país.

Em 2012, segundo dados dos INSS, 21.144 bancários foram afastados do

trabalho por adoecimento, dos quais 25,7% com estresse, depressão, síndrome de pânico, transtornos mentais relacionados diretamente ao trabalho. Outros 27% se afastaram em razão de lesões por esforços repetitivos (LER/Dort).

Somente nos primeiros três meses deste ano, 4.387 bancários já haviam se afastado por adoecimento, sendo 25,8% por transtornos mentais e 25,4% por LER/Dort.

Na recente consulta para a Campanha Nacional, 18% dos que responderam declararam ter se afastado do trabalho por motivos de doença nos 12 meses anteriores e 19% disseram usar medicação controlada.

E em relação aos problemas de saúde, 66,4% dos bancários responderam na mesma consulta que as metas abusivas são o mais grave problema enfrentado hoje pela categoria. Outros 58,2% pedem o combate ao assédio moral, enquanto 27,4% assinalaram a falta de segurança contra assaltos e sequestros.

Assédio moral/violência organizacional

O Comando Nacional cobrou mais empenho dos bancos para coibir a prática da violência organizacional nos locais de trabalho e defendeu a necessidade de aprimorar o instrumento de combate ao assédio moral, conquistado na Campanha Nacional 2011, que depende da adesão de sindicatos e bancos. Um dos problemas é que o prazo de apuração das denúncias encaminhadas aos bancos é hoje de até 60 dias. Foi proposta uma redução para até 30 dias.

Os dirigentes sindicais também reivindicaram que as empresas possibilitem que os sindicatos realizem palestras e reuniões nas agências e departamentos sobre prevenção ao assédio moral. E defenderam a garantia de estabilidade no emprego ao bancário ou bancária assediada durante o período de investigação da denúncia.

Os negociadores não deram resposta para as demandas e sugeriram que essas questões sejam remetidas para aprofundamento na mesa temática de saúde e condições de trabalho.

Segurança Bancária

O Comando Nacional reafirmou a necessidade de proteger a vida das pessoas e cobrou prevenção contra assaltos e sequestros, bem como a melhoria da

assistência às vítimas. Os bancos, no entanto, negaram o atendimento das reivindicações por mais segurança, mostrando que a gestão do lucro está acima da preservação da vida.

Foi ressaltada a necessidade de prevenção contra sequestros. O número de ocorrências vem crescendo assustadoramente. Nos últimos sete dias, segundo levantamento do Comando, dez bancários foram vítimas nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco e Pará, atingindo gerentes e tesoureiros, os que levam as chaves do banco para casa. Os bancos recusaram a proposta do fim da guarda das chaves pelos bancários, alegando que não é a causa dos sequestros.

Defendemos a abertura das agências e postos de atendimento por empresas de segurança, como sendo feito por vários bancos, como a Caixa Econômica Federal. Também é possível utilizar novas tecnologias, como o controle remoto, mas infelizmente o foco dos bancos vem sido a gestão do lucro e não a proteção da vida.

Além da prevenção, o Comando defendeu estabilidade no emprego e maior assistência para vítimas de assaltos, sequestros e extorsões. Foi proposta a emissão da CAT, a liberação dos funcionários do trabalho e o fechamento das agências e postos no dia da ocorrência, dentre outras demandas. Mas nada foi aceito pelos bancos.

Os dirigentes sindicais denunciaram o descumprimento da cláusula 30ª da convenção coletiva, que determina a adoção de providências pela Fenaban, juntamente com os bancos, para coibir o transporte de valores feito por bancários. Na última reunião da CCASP na Polícia Federal, uma agência do Bradesco em

Rio Branco foi multada em 41 processos por ter mandado uma gerente transportar numerário, em vez de contratar um carroforte. Outra agência do Bradesco, no Pará, utilizou este ano um bancário para levar dinheiro a um posto de atendimento e foi autuada pela Polícia Federal.

Foi também abordado o projeto-piloto de segurança bancária em Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A lista das agências, onde serão instalados os equipamentos previstos, está sendo concluída e, depois, serão definidos os nomes do grupo de acompanhamento e agendada a primeira reunião de trabalho. Trata-se de um importante avanço, fruto da Campanha Nacional 2012, e esperamos que os equipamentos de prevenção contra assaltos, ali previstos, sejam depois estendidos para todo o Brasil.

Só a mobilização garante avanços

Deixamos claro nesta primeira rodada de negociação que as condições de trabalho são prioritárias na campanha deste ano e que não será possível acordo se não houver avanços e uma solução para o problema das metas abusivas. Esperamos uma resposta dos bancos já próxima rodada.

A segunda rodada de negociação foi marcada para quinta e sexta-feira, dias 15 e 16, quando será tratado o tema do emprego.

Mas para avançar a negociação, é preciso ter ousadia, unidade e mobilização. Por isso, além da pressão contra o PL 4330 da terceirização na próxima terça e quarta-feira, dias 13 e 14, em Brasília, onde é essencial a presença de dirigentes sindicais de todo Brasil, é necessário organizar desde já o dia nacional de luta, a ser realizado no dia 22, com passeatas em todo o país.

Vem pra luta, bancário e bancária!

Calendário de mobilização

13 e 14 - Mobilização em Brasília contra PL 4330

14 - Primeira rodada de negociação entre Comando Nacional e Banco do Brasil

15 e 16 - Segunda rodada de negociação com a Fenaban sobre o tema Emprego

19 - Primeira rodada de negociação entre o Comando e o Banco da Amazônia

22 - Dia Nacional de Luta, com passeatas dos bancários

22 - Dia Nacional de Luta dos empregados da Caixa

28 - Dia do Bancário, com atos de comemoração e de mobilização

30 - Paralisação nacional das centrais sindicais pela pauta da classe trabalhadora

Fonte: Contraf-CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF